



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS
Curso de Bacharelado em Direito / Relações Internacionais

ISABELA MÜLLER DOS SANTOS

**O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL NA EFETIVIDADE DE POLÍTICA PÚBLICA DE
IMIGRAÇÃO E REFÚGIO: exemplo canadense e brasileiro**

**BRASÍLIA
2020**

ISABELA MÜLLER DOS SANTOS

**O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL NA EFETIVIDADE DE POLÍTICA PÚBLICA DE
IMIGRAÇÃO E REFÚGIO: exemplo canadense e brasileiro**

Monografia apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel em Direito
/ Relações Internacionais pela Faculdade de
Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador(a): Prof^ª Dr^ª Gleisse Ribeiro Alves

BRASÍLIA

2020

ISABELA MÜLLER DOS SANTOS

**O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL NA EFETIVIDADE DE POLÍTICA PÚBLICA DE
IMIGRAÇÃO E REFÚGIO: exemplo canadense e brasileiro**

Monografia apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel em Direito
/ Relações Internacionais pela Faculdade de
Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador(a): Prof^ª Dr^ª Gleisse Ribeiro Alves

BRASÍLIA, 8 DE OUTUBRO DE 2020

BANCA AVALIADORA

Prof^ª Dr^ª Gleisse Ribeiro Alves

Prof^ª Dr^ª Aline Maria Thomé Arruda

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e a minha família, por todo suporte, carinho, paciência e amor durante todo esse processo, por me apoiarem nas minhas escolhas e me incentivarem a ser melhor a cada dia, principalmente aos meus pais que são a minha base e força. Agradeço a minha professora e Orientadora Dra. Gleisse Ribeiro por todos os ensinamentos, por me ajudar a traçar esse caminho da forma como eu tinha planejado e pela confiança no meu trabalho; e a minha professora Dra. Aline Maria Thomé Arruda, autora de uma das teses base que foram utilizadas para a construção desse trabalho, além de ter ministrado a matéria essencial que me ajudou a escolher estudar a sociedade civil. Agradeço a toda à equipe do Comitê Nacional Para Refugiados (CONARE) onde eu tive o prazer de estagiar e acompanhar de perto o trabalho incrível de acolhimento humanitário. Agradeço a todo grupo de professores do Curso de Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília (UNICEUB) que fizeram dessa caminhada a mais intensa e incrível possível. Obrigada a todos por compartilharem suas experiências e sabedorias comigo. Agradeço a todos os amigos e colegas de curso, por todas as conversas, por todo o suporte e experiências que vivemos nesses quatro anos. Por fim agradeço a Deus por me permitir ter a melhor das experiências como universitária.

*“Amor, compaixão e
preocupação pelos outros
são verdadeiras fontes de
felicidade”.*

Dalai Lama

RESUMO

O presente trabalho tem como intuito responder a seguinte pergunta: qual é o papel da sociedade civil na efetividade políticas públicas para imigrantes e refugiados? Para responder a esse questionamento, o presente estudo faz uma análise do papel da sociedade civil como sujeito das relações internacionais, com influência ativa nos Estados e Organismos Internacionais. Para tanto, utiliza, como exemplo, o Brasil e o Canadá e analisa, por meio de casos práticos, a atuação da sociedade civil frente à temática aqui proposta. A metodologia aqui utilizada envolve a pesquisa bibliográfica e análise de dados qualitativos dos exemplos analisados. Por fim, conclui-se que a participação da sociedade civil é essencial na efetivação de uma política pública para imigrantes e refugiados, ao analisar os exemplos práticos nos dois Estados.

Palavras-chave: Refúgio, Imigração, Sociedade Civil, Política Pública, Canadá, Brasil.

LISTA DE SIGLA

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

BVOR'S – *Blended-visa-office referred*

CCR – *Canada Council Refugee*

CIC – *Citizenship and Immigration Canada*

CONARE – Comitê Nacional para Refugiados

DIH – Direito Internacional Humanitário

GAR'S – *Government assisted refugee*

IFH – *Interim federal health program*

IMDH – Instituto de Migração e Direitos Humanos

IRB – *Immigration and refugee board*

IRCC – *Immigration, refugee and Citizenship*

IRPA – *Immigration and refugee protection act*

ONU – Organização das Nações Unidas

PRRA – *Pré-removal risk assessment*

PSR'S – *Private Sponsored refugee*

RAP – Resettlement assistance program

TPI – Tribunal Penal Internacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. A ATUAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA CONCRETIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE IMIGRAÇÃO E REFÚGIO: EXEMPLO CANADENSE E BRASILEIRO.	11
1.1 A sistematização da atuação da Sociedade Civil como promovedora de mudanças	11
1.2 O ciclo de políticas públicas e a participação da Sociedade Civil	14
1.3 A atuação da Sociedade Civil na concretização de políticas públicas: exemplo canadense	16
1.4 A atuação da Sociedade Civil na concretização de políticas públicas: exemplo brasileiro	18
2. A SISTEMATIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE IMIGRAÇÃO E REFÚGIO CANADENSE E BRASILEIRA.	22
2.1 As Políticas Canadenses	22
2.1.1 O Programa de reassentamento para refugiados e migrantes humanitários	24
2.1.2 <i>Government assisted refugees (GAR'S)</i>	24
2.1.3 <i>Private sponsored refugees (PSR'S)</i>	25
2.1.4 <i>Blended-visa-office referred (BVOR'S)</i>	26
2.1.5 O Programa para refugiados que solicitam o refúgio no Canadá- <i>Landed in refugee</i>	27
2.2 As Políticas Brasileiras	29
2.2.1 O Processo de solicitação de refúgio no Brasil	30
2.3 Análises das diferentes formas da participação da sociedade civil	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	35
ANEXOS	39
ANEXO 1- A participação da Sociedade civil no ciclo de política pública	39

INTRODUÇÃO

O deslocamento de pessoas de um Estado para o outro ocorre desde antes da criação do Estado-Nação em 1648. Por diversos motivos, indivíduos atravessam fronteiras todos os dias, seja por motivos de trabalho, procura por novas perspectivas de vida ou, até mesmo, segurança pessoal. Esse movimento de imigrações se tornou cada vez maior durante o século XX. O fluxo de emigrantes que saíam do Continente Europeu por conta da Primeira Guerra e da Revolução Socialista, que ocorreu em 1917, foi o estopim para a securitização do assunto. Assim, em 1921, a Cruz Vermelha cria o Alto Comissariado para Refugiados Russos, dando início à proteção internacional aos refugiados.

Após a Segunda Guerra Mundial, que causou o maior fluxo de refugiados no mundo até então, a Organização das Nações Unidas que já possuía uma grande preocupação com os refugiados, cria em 1951 a Convenção relativa ao Estatuto de Refúgio. Referido documento preocupa-se em conceituar os refugiados, diferenciando-os de imigrantes comuns e apresentando os princípios básicos dos direitos dos refugiados. No ano de 1967 foram elaborados os Protocolos adicionais, responsáveis por excluir a temporalidade que continha no Estatuto de 1951, o qual considerava como refugiado somente aqueles que tivessem fugido de acontecimentos ocorridos antes da criação do Tratado. Desde então, o tema de proteção aos refugiados se tornou de extrema importância no Sistema Internacional, assim como a importância da integração destes na sociedade.

É de extrema relevância que um Estado possua políticas públicas para a integração desses que recebe em seu território. De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas sobre Refugiados (ACNUR), um dos maiores problemas que os refugiados encontram no país que os acolhe são a falta de condições para se instalarem adequadamente. Aqueles que fogem de seus Estados por fundado temor de perseguição, ou por ameaça à violação maciça de direitos humanos (conceito atualizado na Declaração de Cartagena de 1984), precisam de toda a estrutura para reconstruir sua vida, isto é, condições para conseguir um emprego, moradia e formas de se adaptar a uma nova realidade.

Assim, o presente trabalho procura responder a seguinte pergunta de pesquisa: qual o papel da sociedade civil na efetividade de políticas públicas para imigrantes e refugiados. Utilizando como metodologia a pesquisa bibliográfica, a hipótese a ser levantada nessa pesquisa diz respeito à participação da sociedade civil. Referida cooperação é de extrema relevância na efetividade de políticas públicas, pois atuam pessoalmente com os refugiados, o

que facilita o entendimento de suas maiores dúvidas e necessidades. Tal fato pode resultar na implementação de alternativas mais eficazes, as quais serão o objetivo dessas políticas públicas.

A ideia inicial desse trabalho era analisar o papel da sociedade civil na integração dos refugiados, entretanto, entende-se a importância da atuação da sociedade juntamente com o Estado para conseguirem melhores soluções que assegurem o direito dos refugiados.

O primeiro capítulo tem como foco entender melhor o papel da sociedade civil como promotora de mudanças no sistema internacional. Utilizando-se da Teoria de Richard Falk da sociedade civil global, o capítulo apresentará exemplos que demonstram a grande importância da sociedade civil como sujeito das relações internacionais. Ademais, será analisada a participação da sociedade civil no ciclo de políticas públicas e sua importância nas várias etapas do processo. Após essa análise, o capítulo se encerra com exemplos da participação da sociedade civil na concretização de políticas públicas canadenses e brasileiras e o seu papel na criação de programas estatais para a regularização dos refugiados.

O segundo e último capítulo do trabalho traz a sistematização das políticas canadenses e brasileiras para refugiados, explicando as grandes políticas que os dois países possuem e uma análise das diferentes formas que a sociedade pode atuar.

1 A ATUAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA CONCRETIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE IMIGRAÇÃO E REFÚGIO: exemplo canadense e brasileiro

O papel da sociedade civil como um sujeito das relações internacionais, com influência dentro e fora dos Estados vem sendo estudada na contemporaneidade. Com grandes exemplos de participação, principalmente em temas que envolvem a sociedade no geral, ressaltando aqui a importância da proteção dos direitos humanos, a sociedade civil se tornou essencial para Estados e Organismos internacionais com sua atuação. Exemplos como a Cruz vermelha e a participação da sociedade civil na construção de políticas públicas serão demonstrados nesse trabalho.

1.1 A sistematização da Sociedade Civil como promotora de mudanças

O estudo da Sociedade civil não é algo novo na ciência política, já que desde Aristóteles encontra-se relatos de estudo da sociedade. O termo atualmente conhecido é uma tradução para o latim do conceito aristotélico *komonia politike* que traz a sociedade civil como sendo uma “comunidade pública ético-política” de iguais. (Costa, 2002 apud Evangelista, 2006). Vários autores durante toda a história conceituaram a Sociedade Civil como Hobbes, Locke, Rousseau, Kant, Tocqueville, e Gramsci, além de muitos outros. O conceito foi ativamente estudado durante o fim do século XVIII até metade do século XIX e voltou à discussão política no século XX com Marx e Hegel (Evangelista, 2006). Após ser bastante discutida na teoria marxista, a sociedade civil e o seu papel ganham novos conceitos com base nos acontecimentos recentes da história, que envolve guerras, o papel do indivíduo nas relações internacionais e a globalização. Neste trabalho utilizar-se-á o conceito formulado por Richard Falk, juntamente com a sua visão sobre a sociedade civil global e o seu papel frente às questões contemporâneas. Em seu artigo “Sociedade Civil Global: perspectivas, iniciativas e movimentos”, o autor conceitua a sociedade civil da seguinte forma:

“é o campo de ação e pensamento ocupado por iniciativas individuais e coletivas de cidadãos com caráter voluntário e sem fins lucrativos, que ocorrem tanto dentro dos Estados quanto fora das fronteiras”.

Falk (1998) afirma que esse novo campo de atuação que é a sociedade civil global, é uma reação das consequências da globalização para o mundo. O autor alega que a globalização como conhecemos é, para ele, a Globalização por cima: cujos atores principais seriam as empresas e uma reação, a Globalização por baixo. Esta, para Falk, constitui-se como “um contrapeso geral a influência essencialmente não controlada atualmente exercida pelos negócios e finanças no processo de decisão dentro e fora dos Estados” (FALK, 1998).

Para o autor, a Sociedade Civil Global também é uma consequência da Guerra fria, cujas fronteiras se tornaram porosas e outros atores se interessaram por uma ordem mundial futura mais sustentável e compassiva (Falk, 1995 apud Evangelista, 2006). Essa convergência de atores que levou a sociedade civil global se deu por meio de temas como Direitos Humanos, proteção ambiental, feminismo e Justiça social. Falk (1998) afirma que o perigo atual da ordem mundial não é mais a reivindicação absoluta de segurança do Estado moderno, mas sua incapacidade de garantir proteção a seus cidadãos dessas consequências advindas da globalização: como pobreza, desigualdade econômica, destruição ambiental e a violação dos direitos humanos.

Portanto, o Estado precisou entender a necessidade de que o mundo de hoje requer a participação de outros atores, para dividir o espaço de atuação sobre temas em que Ele não possui total controle, como é o caso dos imigrantes e refugiados, temas nos quais o Estado não detém informações sobre todos os problemas e necessidades que esses possuem.

Então, a sociedade civil voltou a ser foco de estudo das ciências sociais, assim como os vários exemplos de como ela influenciou mudanças no sistema internacional que serão destacados a seguir.

Para tipificar o papel da sociedade civil, serão abordados três casos que demonstram de formas diferentes como realmente esse sujeito influenciou importantes transformações no mundo. TOSTES (2015) aborda o papel de indivíduos na construção de duas grandes instituições; a primeira estudada e exemplificada aqui é o Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. Referida Organização sem fins lucrativos iniciou-se em 1863 com a iniciativa de Gustavo Moynier após um relato feito por Henry Dunant chamado de “lembranças de Solferino”, no qual o suíço relata os horrores após a batalha de Solferino, no norte da Itália, em 24 de junho de 1859. De acordo com o site oficial da Cruz Vermelha:

“Henry escreveria a publicação Lembrança de Solferino e faria um apelo humanitário à sociedade para que se organizasse em tempos de paz para prestar socorro em tempo de guerra. Sua experiência em Solferino daria então origem ao Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente

Vermelho, que hoje abrange o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), 189 Sociedades Nacionais e a Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho”.

Com base no relato de Dunant, Gustavo Moynier cria a Cruz Vermelha, cujo conceito de acordo com o site oficial: “é uma organização independente e neutra que assegura a proteção humanitária e a assistência às vítimas de conflitos armados e de outras situações de violência”. A iniciativa de Moynier levou o sistema internacional a se questionar sobre as consequências da Guerra durante e depois o conflito, assim como a proteção de soldados e civis. Portanto, o caso do Genebrino que propagou normas que seriam consolidadas mais tardes nas Convenções de Genebra de 1949 e seus protocolos adicionais, é o primeiro exemplo de como a sociedade civil pode atuar nas relações internacionais. (TOSTES, 2015).

Além de impulsionar a institucionalização do Direito Internacional Humanitário (DIH), Moynier foi pioneiro na defesa da criação de um regime internacional de proteção à pessoa humana, que tem como ideia principal uma Corte Internacional para julgar os crimes cometidos contra a humanidade, garantidos na Convenção de Genebra e seus protocolos adicionais. (TRINDADE, 1998 apud TOSTES, 2015). Após a Primeira e a Segunda Guerra mundial, principalmente, a comunidade internacional percebeu a necessidade de um tribunal para julgar crimes como aqueles ocorridos na guerra de 1939-1945 e levados a Tribunais *Ad hoc* (TOSTES, 2015) que, nesse caso, o que o difere da Corte Internacional das Nações Unidas é que o responsável pela atrocidade será o indivíduo causador do crime contra a humanidade, e não o Estado. Em 1989, na Assembleia das Nações Unidas, foi sugerida a criação de um Tribunal com jurisdição para perseguir e punir indivíduos e entidades (SCHABAS, 2001 apud TOSTES, 2015), vale ressaltar que acontecimentos como o genocídio de Ruanda e a limpeza étnica que ocorreu na Iugoslávia foram essenciais para retomada do assunto pela comunidade internacional (TOSTES, 2015). Assim, em 1994 a Comissão de Direitos Humanos propõe uma Conferência Internacional para o projeto da Corte. Com isso, os próximos quatro anos foram de acirradas discussões acerca de como funcionaria tal tribunal, com a ressalva de que essas discussões foram todas com a participação da sociedade civil, como afirma Tostes (2015):

“Alguns atores não governamentais foram os responsáveis em não deixar-se apagar o debate sobre o tema da Corte Penal Permanente ao longo de todo esse processo. Entre os atores que exerceram papel de destaque, estão: a International Law Association (uma das mais antigas defensoras de um projeto nesta direção), a Association International de Droit Pénal e o World Federalist Movement”.

Dessa forma, a criação do Tribunal Penal Internacional foi essencial para que fosse entendido o papel do indivíduo como sujeito e objeto das Relações Internacionais, sendo julgado por meio de uma Corte Internacional ou mesmo na criação de Instituições da Sociedade Civil que acompanham e influenciam em tomadas de decisão dentro e fora dos Estados.

Para finalizar os exemplos de participação da Sociedade Civil na contemporaneidade é importante destacar os acontecimentos que desencadearam a chamada Primavera Árabe. A onda de revoluções que assolou os países do Oriente Médio e Norte da África em 2011 tem início na Tunísia, mais especificamente no dia 17 de dezembro de 2010, quando Mohamed Bouazizi, um vendedor ambulante, se imolou ateando fogo ao próprio corpo, após ter suas mercadorias confiscadas pela polícia e se tornar o estopim para a revolução tunisiana conhecida como Revolução de Jasmim (CASTELLS, 2012). Com uma grande repressão policial que levou a morte de pelos menos 147 pessoas, após dois meses de manifestações constantes, o ditador Ben Ali que estava no poder desde 1987, deixa o país, no dia 14 de janeiro após a retirada do apoio do Governo Francês (CASTELLS, 2012).

O grande destaque da Revolução de Jasmim foi a participação da sociedade, principalmente da classe profissional e de jovens desempregados com instrução superior. Os manifestantes levavam as discussões para a praça principal do poder político na Tunísia, de forma organizada e que demonstrasse o que os manifestantes queriam: a liberdade política e de imprensa, eleições democráticas e nova lei eleitoral. Castells (2012) em seu livro “Redes de Indignação e Esperança” traz o destaque principal para o papel das redes sociais como forma de divulgar as discussões e de se fazerem presentes em jornais mundo afora, um exemplo disso é a participação do Wikileaks. Assim, o exemplo da Tunísia foi essencial para a disseminação de revoluções com a grande participação da sociedade instruída lutando pelos seus direitos e se mostrando presente na política de seus Estados. Essa participação da Sociedade Civil na construção de uma política pública será melhor abordada no tópico a seguir.

1.2 O Ciclo de Políticas Públicas e a participação da sociedade civil

Diferentemente de outros temas, o conceito de políticas públicas não é unificado, possuindo assim várias abordagens, dependendo da área que é analisada. FONTE (2013) traz alguns conceitos, e nesse trabalho o presente estudo se apoiará nas ideias de William Jenkis,

estudioso da *policy Science*, uma área da Ciência Política focada nos estudos de Política Pública. Segundo JENKIS apud FONTE (2013):

“política pública é um conjunto de decisões inter-relacionadas tomadas por um indivíduo ou um grupo de atores políticos da escolha de objetivos e os meios de alcançá-los em uma situação específica, onde tais decisões devem, em princípio, estar inseridas do poder de alcance desses atores”.

Assim, a criação de políticas públicas tem como objetivo a resolução de problemas da sociedade, entretanto, é importante destacar o debate que existe sobre a origem dessas políticas. De acordo com Secchi (2014) há duas visões principais: a visão estatista, que afirma que o Estado possui monopólio na criação e implementação de políticas; e a corrente multicêntrica, que estuda a participação de outros atores como organizações não governamentais, iniciativas privadas e organismos multilaterais. O presente trabalho utilizará da visão multicêntrica, com exemplos que demonstram a influência da sociedade civil no incentivo à criação de políticas públicas como ocorre com o Patrocínio privado para refugiados no Canadá, assim como importância da participação da sociedade civil em várias etapas do ciclo de política pública, como é o caso da Lei de Imigração 13.445 de 2017 e da Lei 9.474 de 1997.

Secchi (2014) afirma que:

“As políticas públicas contam com a colaboração de atores informais e da sociedade para sua execução adequada. Ou seja, apesar de serem o resultado de processos iniciados em instâncias governamentais, elas interagem com diversos elementos integrantes da sociedade como um todo, incluindo organizações, coletividades e indivíduos”

Antes de entender a participação da sociedade, é importante conhecer as etapas que consistem o ciclo de políticas públicas, quais sejam: a identificação do problema, a formulação de agenda do governo, a especificação de alternativas, a decisão política, a implementação e a avaliação e o monitoramento.

A primeira etapa, identificação do problema, consiste antes de tudo em entender que nem todas as situações são consideradas problemas públicos, isso significa que a importância que é atribuída a algo é subjetiva e assim, a participação de alguns atores é de extrema relevância para identificar os problemas, como é o caso de movimentos sociais, candidatos a políticos, partidos e organizações não governamentais. Portanto, identificar problemas exige trabalho e mobilização para a visibilização dos problemas e a consequente sensibilização da opinião pública.

Após a identificação do problema, a segunda etapa consiste na formulação de agenda do governo, isto é, são reconhecidos pelo político portador de mandato como relevantes e aos quais ele vai dedicar atenção. É importante ressaltar que para um problema entrar na agenda do governo há alguns pontos a serem considerados como, por exemplo, se há soluções cabíveis. A terceira etapa resume-se a especificações de alternativas, nessa fase, a participação da sociedade civil é essencial, uma vez que normalmente são esses grupos de interesse que estão diretamente ligados a questão em si, que possuem alternativas para a resolução do entrave. O quarto passo é a decisão política, isso é, o tomador de decisão, normalmente o político eleito, escolhe qual alternativa foi selecionada.

A quinta fase é a implementação, o que significa que nesse momento que a política pública é realmente executada. Existem duas abordagens na execução: a primeira e mais antiga é a *top-down* (de cima para baixo) que consiste em colocar em prática, no âmbito local, aquilo que havia sido determinado centralmente. Quanto menos “desvios” entre a formulação e implementação, melhor. A maior crítica quanto a essa abordagem é a linearidade, isto é, a sequência exata do ciclo, o que muitas vezes não ocorre pela necessidade de adaptação para a realidade.

A outra abordagem é a *bottom-up* (de baixo para cima), que surge a partir das críticas feitas à primeira; nessa perspectiva, o papel principal é dado aos agentes locais em que a política será executada. A importância dessa abordagem é utilizar da sociedade para adaptar a política às necessidades reais.

A última etapa do ciclo denomina-se avaliação e monitoramento, é nessa parte que se identifica falhas e problemas que podem ser consertados; a participação da sociedade civil é de extrema relevância nessa fase por conseguir dar o que chamam de *feedback* aos políticos criadores da política pública. Portanto, é possível perceber a importância da sociedade civil na construção de uma política pública, conforme será descrito no tópico a seguir.

1.3 A atuação da sociedade civil na concretização de política pública: exemplo canadense

A participação da sociedade civil para a concretização de políticas públicas se tornou essencial em determinados temas, como é o caso dos refugiados e imigrantes no Canadá. Até meados de 1970, o Canadá não possuía políticas próprias para refugiados e nem mesmo a Convenção do Estatuto do Refugiado de 1951 e seus protocolos adicionais tinham sido ratificados pelo país. Segundo EPP (2017), a sociedade civil desempenhou um papel

significativo nas mudanças que ocorreram na política pública voltada para os imigrantes forçados no Canadá: após a segunda guerra mundial, o movimento de pessoas que se deslocavam de um Estado para o outro por motivos de perseguição ou segurança cresceu substancialmente.

No Canadá, que até então não possuía políticas de ajuda humanitária para refugiados e tinha como foco ter imigrantes europeus e com ensino superior para servirem de mão de obra qualificada, a sociedade civil organizada foi essencial, recebendo e ajudando esses imigrantes a se instalarem no país, principalmente as organizações religiosas.

Assim, em consonância com a sociedade civil que pedia por medidas mais humanitárias, o país ratificou a Convenção relativa ao Estatuto e seus protocolos adicionais no ano de 1969. Como COSTA e AMARAL (2019) afirmam: “Em 1973, o governo teria anunciado seus planos para criar uma nova lei de migrações, sendo esta uma oportunidade para que grupos religiosos pedissem pela formalização do patrocínio privado, que já vinha ocorrendo de forma informal”. É importante destacar que nessa época, em meados de 1970, o Estado Canadense instituiu políticas de multiculturalismo, com o fim de aumentar o entendimento e compreensão por parte da população canadense para com os refugiados. Com Pierre Trudeau como Primeiro Ministro (Pai de Justin Trudeau, atual Primeiro Ministro), o Canadá e suas políticas de multiculturalismo foram essenciais para o acolhimento de imigrantes e refugiados.

A aprovação do *Immigration act* em 1973 traz a distinção entre imigrante e refugiado, além de prever o atendimento dos refugiados com base no Estatuto de 1951 e institucionalizar o patrocínio privado que teve início em 1979 (EPP, 2017).

“Como resultado imediato, a população do Canadá foi responsável por patrocinar 34.000 dos 60.000 refugiados acolhidos vindos do Camboja, Laos e Vietnã entre 1979 e 1980, tendo recebido a Medalha Nansen do ACNUR em reconhecimento de sua ação no ano de 1986” (CCR).

Atualmente, a lei vigente no Estado Canadense é a *Immigration and refugee protection act* (IRPA), aprovada em 2001, entrou em vigor em 2002. Tanto a Lei supracitada quanto o programa de reassentamento para refugiados por patrocínio privado serão analisados posteriormente.

O programa de reassentamento por patrocínio privado (PSR's) é o mais antigo no Canadá e que mais atende refugiados e os integra na sociedade adequadamente. Assim, evidencia-se a importância da sociedade civil na concretização de políticas públicas, nesse caso, o ator impulsionador de mudanças, divide com o Estado a responsabilidade e as

despesas com a ajuda humanitária, o que faz com que o Canadá consiga ajudar mais pessoas, como afirma Costa e Amaral (2019):

“O caráter de adicionalidade da política pública parece admitir que, independente dos reassentamentos por via privada, o Estado não fica isento de, também, agir em prol daqueles que busquem refúgio no Canadá, mas, apesar disso, parece admitir-se uma menor participação estatal neste processo”.

O *PSR* se tornou uma instituição global que tem como objetivo ampliar o papel da sociedade em prol da ajuda humanitária, sendo uma entidade reconhecida pelas Nações Unidas pela importância que possui no Estado Canadense. É possível encontrar no site oficial mais informações, como é o caso da Empresa Danby Appliances em Guelph, Ontário, que atua no programa desde 2015.

A entrevista disponível traz algumas perguntas feitas ao patrocinador como, por exemplo, se ele já conhecia quem iria patrocinar, as experiências como os refugiados, desafios que a empresa enfrenta e as vantagens em patrocinar. Para tanto, com o intuito de demonstrar a importância que a sociedade tem na integração dos refugiados, referida entrevista utiliza-se da seguinte pergunta: como estão hoje os refugiados que você patrocinou?

“O sucesso significa as famílias trabalhando, falando inglês, apoiando-se, e um certo grau de integração. A partir de onde estamos agora, penso que mais de 80% das 58 famílias que patrocinamos são bem sucedidas segundo esta definição. O progresso varia de família para família e aprender inglês ainda é uma tarefa difícil para alguns.” (GSRI,2019).

Assim, a iniciativa feita em 1970, com principalmente instituições religiosas que já praticavam o patrocínio privado antes mesmo dele ser legalizado pelo Estado Canadense, demonstra a relevância da sociedade civil no processo de formulação e implementação de políticas públicas e na integração dos refugiados na sociedade canadense.

1.4 A atuação da sociedade civil na concretização de políticas públicas: exemplo brasileiro

O caso brasileiro que será analisado trata-se da lei que regula a implementação do Estatuto dos Refugiados, nº 9.474 de 1997; e da Lei de migração, nº 13.445 de 2017. Para entender o papel que a sociedade civil teve na efetivação dessas leis, é importante primeiro entender o processo histórico brasileiro com o tema dos refugiados.

A Lei para Refugiados inovou no Sistema Internacional por trazer um caráter tripartite no reconhecimento do *status*, em que se tem em seu órgão colegiado a organização civil, representada pela Caritas, entes governamentais- Ministério da Justiça, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério do Trabalho, da Fazenda e Economia e a Organização das Nações Unidas, esta ultima, representada pelo Alto Comissariado para Refugiados (ACNUR) (SIMÕES, 2017).

A Lei regulariza o funcionamento e a autorização de residência provisória, instruções e relatórios, a decisão do status de refúgio, a comunicação e o registro dos solicitantes, o recurso disponível, a extradição e expulsão (LEÃO, 2007 Apud SIMÕES, 2017). Ademais, implementou-se ainda o princípio do *non-refoulement*, que, de acordo com BARRETO (2010): “esse princípio hoje é chamado de *non-refoulement*, no qual um país não pode obrigar um refugiado a voltar a seu país de origem”.

Assim, a participação da sociedade civil brasileira ocorre de diversas formas, seja influenciando na criação de políticas públicas, como também participando ativamente no órgão colegiado do CONARE. Conforme afirma BARRETO (2010): “A lei brasileira, redigida em parceria com o ACNUR e com a sociedade civil, é considerada hoje pela própria ONU como uma das leis mais modernas, mais abrangentes e mais generosas do mundo” e também com uma grande participação na integração dos refugiados na sociedade juntamente com a ACNUR.

Um exemplo é o caso do Instituto de Migração e Direitos Humanos (IMDH), fundado no ano de 1999 na cidade do Varjão periferia próximo à cidade de Brasília, presidida por uma das fundadoras, a Irma Rosita Milesi. De acordo com Milesi & Andrade (2015):

“O trabalho consiste na acolhida, integração e assistência a migrantes, imigrantes e refugiados, na defesa de direitos, aquisição de documentos, no enfrentamento do tráfico humano e na assistência às vítimas, na introdução à cultura brasileira e ensino do idioma, na reunificação familiar, além do apoio na reinserção de migrantes brasileiros retornados ao país. A instituição acolhe, assiste e contribui para a integração dos solicitantes de refúgio e refugiados que vêm em busca de proteção no Brasil, ouvindo-os, dando orientações para acesso aos serviços públicos básicos, ao atendimento assistencial e humanitário, a locais de moradia temporária, ao provimento de alimentação e gêneros de primeira necessidade e roupas, além de ajuda para adquirir documentos como a Carteira de Trabalho e também o protocolo de solicitação de refúgio”.

Além do IMDH, há outras quarenta instituições que são articuladas por este com o apoio da ACNUR, as quais possuem o compromisso de ajuda humanitária junto aos solicitantes e refugiados (PACÍFICO e MENDONÇA, 2010).

É possível perceber a influência da sociedade civil na criação da lei que está em vigor desde 2017, Lei n. 13.445 (BRASIL, 2017), a qual substituiu o antigo Estatuto do Estrangeiro. Referido documento normativo, nº 6.815 de 1980, foi criado em uma época em que o Estado Brasileiro e outros países da América Latina possuíam como foco a segurança nacional; a época aqui mencionada ocorre durante os Governos Militares (1964-1984) e a ajuda humanitária não era pauta do Governo. Assim, o Estatuto que regulava a entrada e permanência de imigrantes no Brasil mais os prejudicou. Contendo artigos que proibiam imigrantes que não estavam legalizados de estudarem e dificultavam sua permanência no país, o Estatuto foi muito criticado e finalmente foi substituído pela nova lei de migração de 2017.

A nova Lei, considerada pela sociedade civil organizada como um grande avanço na ajuda humanitária foi proposta no Projeto de Lei do Senado pelo então Senador Aloysio Nunes (PLS 288/2013) e foi aprovada por este em 2015, voltando da Câmara dos Deputados em 2016. (AGÊNCIA SENADO, 2017). O diferencial da Lei do migrante são os seus princípios e garantias, contidos nos artigos 3º e 4º, e são eles:

- 1- universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos;
- 2- repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação;
- 3- não criminalização da migração;
- 4- não discriminação em razão dos critérios ou dos procedimentos pelos quais a pessoa foi admitida em território nacional;
- 5- acolhida humanitária;
- 6- garantia do direito à reunião familiar;
- 7- igualdade de tratamento e de oportunidade ao migrante e a seus familiares;
- 8- inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas;
- 9- acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social;
- 10- promoção e difusão de direitos, liberdades, garantias e obrigações do migrante;
- 11- diálogo social na formulação, na execução e na avaliação de políticas migratórias e promoção da participação cidadã do migrante;
- 12- cooperação internacional com Estados de origem, de trânsito e de destino de movimentos migratórios, a fim de garantir efetiva proteção aos direitos humanos do migrante;
- 13- proteção integral e atenção ao superior interesse da criança e do adolescente migrante;
- 14- observância ao disposto em tratado;
- 15- repúdio a práticas de expulsão ou de deportação coletivas, direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos;

- 16- direito à reunião familiar do migrante com seu cônjuge ou companheiro e seus filhos, familiares e dependentes; medidas de proteção a vítimas e testemunhas de crimes e de violações de direitos;
- 17- amplo acesso à justiça e à assistência jurídica integral gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos; direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória, entre outras. (BRASIL /2017).

Para chegar à atual Lei de Migração, foi necessária grande participação de vários atores da sociedade, incluindo organizações não governamentais que atuam na área, como é o caso da Caritas e de órgãos públicos e Universidades. Como afirma a carta enviada ao então Presidente Michel Temer no dia 26 de abril de 2017:

“Importante destacar, Senhor Presidente, que o texto que ora chega a Vossa Excelência é resultado de um processo marcado por debate aberto, intenso e participativo desenvolvido nas duas casas do Congresso Nacional, com a participação das inúmeras representações da sociedade civil, de órgãos de governo, de instituições e agremiações diversas e da participação de partidos das diferentes visões políticas. Neste percurso, permita-nos sublinhar, o projeto de lei considerou diversas consultas públicas e ampla participação envolvendo todos os setores da sociedade e do poder público que guardam pertinência com a matéria”.

A carta que é uma moção pela sanção integral da nova lei de migração pode ser considerada uma pressão feita da sociedade pelo tema. Ressaltando que mesmo com toda a pressão mencionada, a atual lei sofreu alterações com os vinte vetos feitos pelo Presidente Michel Temer.

Tal fato demonstra que a Sociedade Civil é hoje um sujeito das relações internacionais, a qual influencia as tomadas de decisões interna e internacionalmente. Pode-se observar que a pressão exercida pelos manifestantes que reivindicam principalmente os temas estudados por Richard Falk- direitos humanos, justiça social e meio ambiente-, resultou em acontecimentos importantes, como a Primavera Árabe por exemplo. Ainda, pode-se observar, como consequência desses movimentos, a criação de políticas que protegem o indivíduo, conforme ocorreu no Canadá e no Brasil, e até mesmo a inovação na forma de punir, que, agora, segrega o indivíduo autor de crime, do Estado, como é o caso do Tribunal Penal Internacional (TPI).

2 A SISTEMATIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE IMIGRAÇÃO CANADENSE E BRASILEIRA

Após a análise da atuação da sociedade civil nas relações internacionais e seu papel na criação de políticas públicas para imigrantes e refugiados, o presente capítulo tem como foco sistematizar as políticas canadenses e brasileiras para refugiados. Demonstrando a forma como esses dois Estados, que atuam diretamente no acolhimento de refugiados, utilizam da atuação da sociedade civil na efetividade de suas políticas públicas.

2.1 As políticas canadenses

O Canadá é conhecido mundialmente pelo sistema de proteção aos refugiados e pelas políticas públicas adotadas pelo Estado para que os deslocados possam se integrar totalmente no país. Ao falar sobre o tema, é de extrema importância ressaltar o grande papel que a Sociedade Civil organizada tem com seus vários programas que auxiliam o Estado Canadense para que os refugiados possam ser acolhidos de forma que tenha sua vida protegida e as condições necessárias para se reestruturar nesse novo local.

O Canadá assinou e ratificou a Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados e seus Protocolos adicionais somente no ano de 1969. Por sua vez, em 1994, instituiu-se o Departamento de Imigração e Cidadania (*Citizenship and Immigration Canada- CIC*), porém, no ano de 2015, referido Departamento passou por uma modificação, sendo agora denominado de Departamento de Imigração, Cidadania e Refúgio do Canadá (*Immigration, refugees and Citizenship- IRCC*). (HIEBERT, 2016). Tal fato ocorreu devido a troca do Governo Harper (2006-2015), considerado um Governo Conservador para o Governo Liberal de Trudeau (2016- atualmente).

De acordo com o próprio Departamento, as funções do IRCC são oferecimento de programas para os refugiados e imigrantes se reestabelecerem no país, promover a proteção dos mesmos dentro do Estado e o multiculturalismo, que consiste em uma política pública do Estado Canadense de fazer com que estes sejam integrados na sociedade, baseando-se na ideia de que a própria sociedade canadense entende a importância de ajudá-los (CANADA, 2020a).

Resumindo o organograma de funções, há o Ministro responsável pelo Departamento, que detém bastante poder, inclusive na avaliação de casos de visto como a alteração e suspensão, ademais, é ele que possui o poder de criar novos programas de incentivo à integração dos imigrantes.

O Ministro trabalha com dois delegados adjuntos, o *deputy minister* e o *associate deputy minister*. Além dos cargos mencionados, há o setor de Gestão de Política e o setor de questões econômicas e orçamentais, já que é esse Departamento que administra os gastos com políticas públicas feitas para a inserção daqueles que entram no país. (ARRUDA, 2017).

A Lei que rege as obrigações internacionais e todo o processo dos programas de refúgio que o Canadá possui é a *Immigration and refugees protection act (IRPA)*, criada em 2001 com entrada em vigor apenas em 2002. É importante afirmar ainda que no ano de 2012, essa lei foi bastante modificada com o intuito de conter as políticas feitas pelo então Governo de Stephen Harper que visava restringir a entrada de refugiados e imigrantes no país (SIMÕES, 2017).

De acordo com o Conselho Canadense para Refugiados (CCR), Organização nacional sem fins lucrativos, em 2014, o Canadá recebeu cerca de 22.200 novos refugiados, o que representa menos de 1% do total de pessoas deslocadas naquele ano (SEVUNTS, 2016 apud SIMÕES, 2017).

Os objetivos da Lei com relação aos refugiados são (CANADA 2020b):

- (a) reconhecer que o programa de refugiados trata, em primeiro lugar, de salvar vidas e oferecer proteção aos deslocados e perseguidos;
- (b) cumprir as obrigações legais internacionais do Canadá em relação aos refugiados e afirmar o compromisso do Canadá com os esforços internacionais para prestar assistência àqueles que precisam de reassentamento;
- (c) conceder, como expressão fundamental dos ideais humanitários do Canadá, consideração justa àqueles que vêm ao Canadá alegando perseguição;
- (d) oferecer refúgio a pessoas com um medo bem fundamentado de perseguição com base em raça, religião, nacionalidade, opinião política ou pertencimento a um grupo social específico, bem como àqueles em risco de tortura ou tratamento ou punição cruel e incomum;
- (e) estabelecer procedimentos justos e eficientes que mantenham a integridade do sistema de proteção de refugiados do Canadá, mantendo o respeito do Canadá pelos direitos humanos e liberdades fundamentais de todos os seres humanos;
- (f) apoiar a autossuficiência e o bem-estar social e econômico dos refugiados, facilitando a reunificação com seus familiares no Canadá;
- (g) proteger a saúde e a segurança dos canadenses e manter a segurança da sociedade canadense; e
- (h) promover a justiça e a segurança internacionais, negando o acesso ao território canadense a pessoas, inclusive requerentes de refugiados, que representam riscos à segurança ou criminosos graves.

Com base na Lei de Migração e os objetivos supracitados, os próximos tópicos tratarão dos programas de reassentamento para refugiados que o Canadá possui.

2.1.1 O programa de reassentamento para refugiados e migrantes humanitários.

O programa de reassentamento para refugiados é regulamentado pela Lei de Imigração (IRPA) desde 2002. É importante destacar que os refugiados que são acolhidos pelo programa dispõem de acessos a políticas e benefícios que os solicitantes de refúgio, aqueles que solicitam o *status* de refugiado no país, não possuem, incluindo o visto permanente, ademais, o programa de reassentamento é feito para refugiados que já tenham deixado seu país e já tenham pedido refúgio em outro Estado, sendo o Canadá o país terceiro que irá acolhê-los. (SIMÕES, 2017). O programa consiste em três segmentos, quais sejam: os *Government assisted refugee (GAR'S)*, *Private sponsored refugee (PSR'S)* e o *Blended-visa-office referred (BVOR'S)* e serão explicados nesse trabalho de acordo com a ordem utilizada no Site oficial do Governo Canadense.

2.1.2 Government assisted refugee (GAR'S)

O *GAR'S* é financiado totalmente pelo Governo Canadense e para participar desse programa é necessário que seja uma pessoa que já possua o *status* de refugiado pelos termos da Convenção de 1951 e que tenha sido adquirido em outro país. O Processo pelo qual os refugiados passam para se tornarem beneficiários do programa consiste em vários testes, como o autor Gustavo Frota Simões (2017) afirma em sua tese:

“O processo de escolha inclui exames médicos, verificação de antecedentes criminais dos potenciais escolhidos, assim como membros da família”.

Caso sejam escolhidos, o beneficiário e sua família recebem apoio da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e do governo canadense para os preparativos para a viagem. “Em alguns países, a OIM juntamente com o governo canadense oferece palestras sobre como é viver no Canadá.”

De acordo com CCR, muitos refugiados deste programa chegam ao Canadá com muitas dívidas, já que os custos com as passagens e os exames não são gratuitos, o que se torna um problema para os denominados mais vulneráveis.

O Governo Canadense oferece para os beneficiários um empréstimo para pagar todas as exigências feitas pelo Estado, com o prazo estipulado variável entre um a seis anos, conforme variação do valor total do empréstimo. (CANADA, 2019a apud SIMÕES, 2017).

Em compensação, os *GAR's* recebem do Governo Canadense um auxílio mensal pelo *resettlement Assistance Program (RAP)* que varia de acordo com a província e o

número de familiares. Em 2015, na cidade de Toronto, o valor mensal por indivíduo era de 781 dólares canadenses. Além do auxílio, os GAR's recebem quando chegam ao país uma ajuda de custo para instalação, consistente em materiais básicos como roupa, copos e panelas, ressaltando que, essa ajuda de custo possui as mesmas regras do auxílio mensal em questão de valores. (SIMÕES, 2017).

O Programa de Assistência (RAP) também auxilia centros de acolhimento de imigrantes e refugiados, com recurso para acomodação, alimentação, apoio médico e outros serviços básicos. Portanto, aqueles que participam desse programa dependem da assistência completa do Governo Canadense para se reestruturar.

2.1.3 Private sponsored refugees (PSR's)

O PSR's, por sua vez, trata-se de segmento do Programa muito semelhante ao anterior, diferenciando-se, pois esse é um patrocínio privado. Essa modalidade foi criada em 1979 e é responsável por levar ao Canadá mais de 200.000 refugiados desse modo. (CCR, 2020). De acordo com o IRCC (*Immigration, refugee and citizenship*), o programa consiste no financiamento por parte de grupos privados para trazer esses refugiados, podendo ser um grupo de cinco pessoas (cidadãos canadenses ou residentes permanentes), ou grupos religiosos ou comunitários.

Os beneficiários desse programa podem ser um refugiado específico, ou qualquer um que esteja na lista de reassentamento da Agência das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) ou até mesmo aqueles indicados pelo Governo Canadense, desde que possuam o status de refúgio emitido por países terceiros, com exceção de sírios e iraquianos.

Essa modalidade do programa foi uma das que sofreu com as mudanças feitas pelo Governo Harper em 2012, e a mais significativa foi o fato de não poder patrocinar pessoas que estão realmente em condições de “temor de perseguição” como a Convenção de 1951 conceitua, porém, não possuem o status de refúgio de outro país. (SIMÕES. 2017).

Aqueles que participam do PSR's também possuem visto permanente e são patrocinados por entes privados por até um ano, o que pode ser estendido pelo prazo de até trinta e seis meses, como ocorre com os GAR's. O auxílio consiste em moradia, alimentação e necessidade básicas. Um fator interessante que tem ocorrido com aqueles que participam desse programa é que os beneficiários são integrados à sociedade e se tornam autossuficientes

de forma bem mais rápida do que aqueles que participam do GAR's, (HYNDMAN, 2011 apud SIMÕES, 2017).

Esse programa é o mais antigo dos existentes no Estado e o responsável pelas mudanças de políticas públicas voltadas para refugiados e imigrantes no Canadá, e já se tornou uma Instituição Global modelo nesse segmento por conta da agilidade e rapidez na qual os refugiados conseguem se integrar e recomeçar suas vidas.

2.1.4 Blended-visa-office reffered (BVOR's)

O programa *BVOR's* é o mais recente e existe desde 2013. Consiste na junção dos dois segmentos anteriores, isso é, durante seis meses, os beneficiários dessa modalidade são patrocinados por entes privados que na maioria das vezes são associações religiosas ou comunitárias e, durante os outros seis meses, são patrocinados pelo Governo.

Como Gustavo Frota Simões (2017) afirma:

“Nesse programa, os custos são divididos entre as entidades privadas e o governo federal. O refugiado escolhido por esse programa recebe apoio mensal semelhante ao concedido aos GAR's, mas apenas por seis meses, enquanto os outros seis meses são de obrigação das entidades privadas. Essas entidades recebem ainda a obrigação de conceder suporte social e emocional durante um ano da chegada desse refugiado no Canadá.”

Trata-se de solução interessante para a divisão de gastos, porém, é um segmento do programa que ainda é considerado pequeno, como Gustavo Frota Simões (2017) declara:

“No ano fiscal de 2014/2015, ano da implementação do BVOR, o programa recebeu apenas 1.376.612 dólares canadenses, já os GAR's e PSR's receberam investimentos no total de 14.189.432 dólares e 13.297.429 dólares, respectivamente, o que representa cerca de 5% do total de todos os programas de reassentamento no Canadá para aquele ano. (CIC, 2016 apud SIMÕES, 2017)”.

Assim, esse programa traz uma iniciativa de colaboração mais próxima de agentes privados e o Governo, que, dessa forma, conseguiriam reassentar mais pessoas já que os gastos são mais distribuídos.

2.1.5 Programa para refugiados que solicitam o refúgio no Canadá- *Landed in refugee*

Esse programa, diferentemente dos anteriores, atende pessoas que pedem refúgio diretamente no Canadá, atravessando na maioria das vezes a fronteira. Pode-se dizer que a solicitação que ocorre nesse programa é parecida com o processo de pedido de refúgio no Brasil, por meio da Comissão Nacional para Refugiados (CONARE). Diferentemente do Programa de Reassentamento, aqueles que fazem parte desse programa aguardam um *status* migratório definitivo, isso é, ainda não possuem a condição de refugiado.

O processo pelo qual os solicitantes de refúgio passam ao entrarem no Canada, seja por via marítima, terrestre ou aérea, é o mesmo do realizado no Brasil e é atribuição do Conselho de Imigração e refúgio (*Immigration and refugee board- IRB*), que segue os procedimentos que estão na Lei de Imigração e refúgio já anteriormente comentada (IRPA)

De acordo com a Lei supracitada, não são todos que podem pedir refúgio no Canada, como por exemplo: aqueles que já possuem o *status* de refúgio de outro país e que por algum motivo não podem retornar; aqueles que já receberam algum tipo de proteção pelo Estado Canadense; todos aqueles que chegam pela fronteira dos Estados Unidos com base no acordo assinado entre os dois países *Canada-US safe Third Country agrément* (assinado em 2002 pelos dois países e com entrada em vigor em 2004); pessoas com histórico criminal; e, por fim, aqueles que já tiveram o *status* de refúgio negado pelo Conselho de Imigração e Refúgio (IRB) (SIMÕES, 2017).

No caso do pedido ser atendido, o solicitante irá passar pelos seguintes procedimentos: primeiramente, ele deverá preencher e entregar todos os formulários exigidos pelo Conselho (IRB), para que o mesmo possa marcar sua entrevista com um oficial, o que pode demorar de 2 a 3 meses para acontecer. É importante ressaltar que se o solicitante estiver apto para a entrevista, ele recebe o direito de atendimento médico via *Interium federal health program (IFH)*.

A Lei de Refúgio e Imigração diz:

Obrigações - entrevista

(2.1) Um cidadão estrangeiro que faz uma solicitação deve, a pedido de um oficial, comparecer a uma entrevista com o objetivo de uma investigação conduzida pelo Serviço de Inteligência de Segurança do Canadá sob a seção 15 da Lei do Serviço de Inteligência de Segurança do Canadá, com a finalidade de fornecer aconselhamento ou informação ao Ministro nos

termos da seção 14 da referida lei e deve responder com sinceridade a todas as perguntas feitas durante a entrevista.”

Posteriormente, se o solicitante passar pela entrevista, ele irá receber o *status* de refugiado, mas, caso seja negado o seu pedido junto ao Conselho, ele poderá recorrer ao *Refugee appeal Division* em um prazo de até quinze dias. Após essa etapa, se o solicitante não for aceito, ele pode recorrer a Corte Federal ou até mesmo ao *Pré-removal risk assessment* (PRRA) que impossibilita o solicitante de ser enviado de volta ao país de origem (CANADÁ, 2020a apud SIMÕES, 2017).

Muitos autores tem criticado esse programa pelos mesmos motivos pelos quais o Brasil sofre críticas em razão do método adotado pelo Estado. O solicitante de refúgio, ao passar pela entrevista, fica à mercê do entrevistador que irá decidir se o caso pode ser classificado de acordo com o que a Convenção de 1951 traz como conceito para ser refugiado:

“Art. 1º - Definição do termo "refugiado" A. Para os fins da presente Convenção, o termo "refugiado" se aplicará a qualquer pessoa que teme ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele.”

Um conceito que se torna subjetivo a depender da interpretação, é o do “fundado temor de perseguição”, assim, ocorre que muitos dos entrevistadores negam pedidos de refúgio, pois não há critérios objetivos de julgamento. Nesse sentido, Simões 2017 afirma:

“Esse julgamento é baseado em uma entrevista que varia enormemente de julgador para julgador. Existem aqueles simpáticos aos refugiados e aqueles com índices de rejeição enormes. Em 2016, o CCR realizou uma pesquisa com todos os julgadores do IRB e alguns tiveram índices de aprovação próximos a zero no ano de 2015 (CCR, 2016 apud SIMÕES, 2017).”

Mesmo com toda a dificuldade enfrentada pelos solicitantes de refúgio, estes possuem alguns direitos ao estarem dentro do território canadense, como por exemplo, permissão para trabalhar e que todos os solicitantes recebam um auxílio do Governo Central

para ajudar nos custos básicos enquanto esperam pelo julgamento do seu processo frente ao Conselho de Imigração e Refúgio (IRB).

Entretanto, caso seja provado que o solicitante ou o refugiado tenha um salário que seja considerado maior que o auxílio fornecido, será retirado para que possa atender mais pessoas que necessitam dessa ajuda. Assim, mesmo que os solicitantes de refúgio tenham que esperar mais para obter o *status* de refugiado, o Canadá oferece um suporte para que possam se reestruturar. Dentre eles, pode-se citar os programas oferecidos pelo Departamento de Imigração, Refúgio e Cidadania (IRCC) para conseguirem empregos e para que possam ser aceitos na sociedade sem nenhum tipo de preconceito, o que só ocorre graças às políticas estatais voltadas para o multiculturalismo.

2.2 As Políticas Brasileiras

O período no qual o Estado Brasileiro ratifica o Estatuto dos Refugiados de 1951 é considerado uma época conturbada para a maioria dos Países da América e mesmo sendo o primeiro país da América do Sul a fazê-lo foi ainda um passo pequeno já que nas décadas seguintes o ocorrido foi o aumento de brasileiros que deixavam o país devido ao Regime Militar

O Brasil ratificou a Convenção em 1960 e os seus Protocolos adicionais em 1972 (SIMÕES, 2017). Porém, naquele período, a ajuda humanitária não era o foco dos Governos Miliars, assim, o Brasil só ratifica a Declaração de Cartagena, que amplia o conceito de refugiado para toda pessoa que tenha fugido de seu país porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, agressão estrangeira ou conflitos internos, violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública (BARRETO, 2010) em 1989.

Somente em 1982 que o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) passou a atuar dentro do Estado Brasileiro, ressaltando que, antes dessa data, quem estava à frente da ajuda humanitária dos estrangeiros que adentravam o Brasil era a Caritas do Rio de Janeiro e São Paulo (BARRETO, 2010), ou seja, organização da Sociedade Civil.

No ano de 1997 foi aprovada a Lei 9.474 que é considerada o marco político Nacional sobre refúgio (SIMÕES, 2017). A Lei com 49 artigos, definiu o mecanismo para

implementação do Estatuto de 1951 e criou um órgão nacional- CONARE- para ditar as políticas públicas voltadas para o tema.

Outra Lei de extrema importância no tema de proteção de refugiados e imigrantes é a Lei 13.445 (2017). Como MAZZUOLLI (2020) afirma, a Lei de Migração (13.445/2017) substituiu o Estatuto do Estrangeiro (6.815/81). A nova lei visa à proteção e garantia dos direitos do estrangeiro no Brasil, o que não se aplicava no nosso direito anterior, o qual encarava a imigração como sendo questão de segurança nacional, conforme abordado no capítulo um desse trabalho. Portanto, entende-se que a Lei brasileira ampara e protege os direitos e deveres dos solicitantes e refugiados e que a sociedade civil está amplamente ligada às políticas criadas para atender esse público.

2.2.1 O Processo de solicitação de refúgio no Brasil

Como foi citado anteriormente, o órgão responsável pelo processo de refúgio é o Comitê Nacional para Refugiados. O Processo de refúgio começa na Polícia Federal e o solicitante deve procurar referido órgão assim que possível, ou até mesmo na fronteira quando adentrar o território Brasileiro.

A Polícia Federal é responsável por fazer o cadastro de pedido de refúgio e colocar os dados para contato, é importante ressaltar que para tal cadastro não é necessário advogado ou custos. Após esse passo, o solicitante receberá um protocolo provisório, que será seu documento de identidade no Brasil, esse protocolo é válido por um ano e deve ser renovado até a decisão final do CONARE. Ademais, o documento garante ainda a obtenção da carteira de trabalho e o cadastro de pessoa física (CPF) (SCHWINN e FREITAS, 2015).

Após a realização do cadastro, o solicitante deverá esperar o CONARE entrar em contato para a marcação da entrevista junto a um oficial de Justiça. Essa entrevista poderá ser feita presencialmente, caso o solicitante esteja em um dos estados em que seja possível, como São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e no próprio Distrito Federal ou a entrevista poderá ser feita online, via plataforma Skype. É importante ressaltar que o Solicitante de refúgio tem o direito de levar um tradutor, caso necessário. Entretanto, como as autoras SCHWINN e FREITAS (2015) analisam, essa entrevista é feita de forma subjetiva.

“Observe-se que a concessão de refúgio se baseia em elementos subjetivos (o fundado temor de perseguição), o que faz com que cada pedido seja

analisado de forma individual, levando-se em consideração também os elementos objetivos (a situação do país de origem do solicitante).”

Posteriormente a entrevista, o CONARE irá analisar o pedido de refúgio e decidirá sobre a condição de refugiado em seu órgão colegiado. Caso seja concedido o **status** de refugiado, o mesmo poderá se registrar perante a Polícia Federal e receberá um visto de residência provisória, porém, no caso de ser indeferido, terá o prazo de 15 dias após o conhecimento da conclusão para recorrer. (SIMÕES, 2017).

2.3 Análises das diferentes formas da participação da sociedade civil na efetividade de políticas públicas no Canadá e no Brasil

Diferentemente do Estado Canadense, o foco da política pública brasileira não é o reassentamento, mas sim ajudar solicitantes de refúgio a conseguirem o status de refugiado através do processo supracitado. Importante destacar que o reassentamento não é a forma mais utilizada para a entrada de refugiados em território brasileiro e a participação da sociedade civil brasileira em relação aos refugiados ocorre através de instituições da sociedade civil organizada, como conta PACÍFICO e MENDONÇA (2010):

“No país existem Redes de Proteção que operam na implementação de políticas públicas para os refugiados, somando-se aos esforços e articulações, incorporando várias instituições, entes, personalidades, organizações sociais, universidades, que se unem na luta pela defesa do refúgio, nas migrações contemporâneas, na promoção de políticas públicas e ações solidárias de proteção, assistência e integração dos migrantes e dos refugiados”.

Assim, a participação da sociedade civil brasileira pode ser exemplificada da seguinte forma: por meio do voto que a Caritas possui no julgamento do *status* de refúgio que ocorre mensalmente no Comitê Nacional para Refugiados (CONARE); através de programas que ajudem os solicitantes de refúgio e refugiados, como ajudá-los com o processo junto ao CONARE; ou conseguir emprego e aulas de português, como é o caso do Instituto Migrações e Direitos Humanos e o Instituto ADUS, que de acordo com o site oficial, oferece:

“O Adus oferece para os refugiados aulas de português, inserção no mercado de trabalho e orientação jurídica. O Instituto também conta com uma escola

de idiomas, o projeto Mente Aberta, na qual refugiados ministram aulas de inglês, francês e espanhol”.

É importante entender que a participação da sociedade civil brasileira é de extrema relevância na integração dos refugiados, entretanto, a questão brasileira é muito mais complexa, como MORAES e AGUIAR (2018) afirmam:

“A ausência estatal, na recepção, no ordenamento e na integração dos fluxos migratórios internacionais no Brasil, faz com que ONGs e associações de imigrantes desempenhem valorosos trabalhos de acolhida e de integração dos recém-ingressos no país. O Brasil carece de uma Agência Nacional de Imigração, órgão que poderia centralizar as ações de regulamentação e orientar os municípios na integração dos imigrantes”.

Assim, diferente do Estado Canadense, que possui um Ministério específico para a criação de políticas públicas para refugiados e imigrantes, no Brasil falta uma centralização maior do Estado para poder lidar melhor com as políticas públicas necessárias para o acolhimento a esses imigrantes forçados.

Portanto, após análise da participação da sociedade civil na criação de políticas públicas canadenses e brasileira e entender como os programas funcionam atualmente, é possível concluir o quão importante é para o tema dos refugiados e imigrantes a participação da sociedade civil, seja na criação de políticas públicas, seja na participação com programas que facilitem o processo dentro dos Estados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente monografia teve seu estudo centrado em analisar qual é o papel da sociedade civil na efetividade de políticas públicas para imigrantes e refugiados. Para tal análise foi primeiro apresentado a importância da ação da sociedade civil como promotora de mudanças no Sistema Internacional e como sendo um ator de extrema relevância na participação da criação de uma política pública. Para exemplificar com casos práticos a hipótese de que a participação da sociedade civil é de grande valor para a efetividade de políticas públicas, utiliza-se o Canadá e o Brasil, dois Estados com grande atuação no acolhimento de refugiado, para analisar a ação da sociedade civil e sua influência nas políticas adotadas. Aplicando no trabalho a teoria da Sociedade Civil Global de Falk, que traz esse novo ator com grande desempenho de atuação em temas sociais, como direitos humano e meio ambiente, para agir juntamente com os países e Organizações Internacionais na tentativa de lidar com um problema crescente no Sistema Internacional, que é a proteção dos direitos básicos dos refugiados dentro do Estado acolhedor.

A escolha do Brasil e do Canadá como exemplos se deu pela identidade nacional dos dois países. O Brasil e a sua miscigenação advinda da colonização portuguesa, do tráfico de negros e das tribos indígenas que já estavam em território brasileiro; o Canadá e a grande necessidade de mão de obra estrangeira e sua política de multiculturalismo que foram essenciais para impulsionar ao engajamento da sociedade canadense para os imigrantes e refugiados. Essa identidade histórica e sua grande participação internacional no que se refere ao tema principal desse trabalho não necessariamente significa uma mesma ação da sociedade, mas trazendo vários exemplos de como a sociedade pode atuar na efetividade, seja por meio de programas em conjunto com o Estado, seja por pressão para aprovação de Leis que protejam os refugiados e imigrantes.

Portanto, após a análise documental utilizada, conclui-se que a participação da sociedade civil é de extrema relevância para a efetividade de políticas públicas, sejam elas, formas de integra-los na sociedade, de ajudá-los no processo de refúgio ou até mesmo através de ajuda financeira.

A sociedade civil atuando juntamente com o Estado que aceita o acolhimento de refugiados é essencial para a proteção dos direitos básicos que os Tratados Internacionais de

proteção aos direitos humanos e a proteção dos refugiados e imigrantes empregam. Valendo ressaltar que a ação desses atores é importante, mas depende também da conduta dos Governantes e de sua vontade de atuar na proteção dos mesmos, já que como foi estudado, a criação de uma política pública depende da vontade do sujeito que possui poder para criá-la, de trabalhar em conjunto com a sociedade, um exemplo disto é o programa de patrocínio privado canadense para reassentamento, que com a ação em conjunto da sociedade com o Governo, o Estado Canadense consegue equilibrar os gastos necessários para o reassentamento, já que a sociedade possui um programa que financia esse acolhimento.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Aline Maria Thomé. **AS RESPOSTAS GOVERNAMENTAIS ÀS MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS. BRASIL E CANADÁ EM PERSPECTIVA COMPARADA**. 2017. 234 f. Tese (Doutorado) - Curso de Relações Internacionais, Departamento de Estudos Latino-americanos, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira (org.). A Lei Brasileira de Refúgio: sua história. In: LUIZ PAULO TELES FERREIRA BARRETO (Brasil). Ministério da Justiça (org.). **Refúgio no Brasil: A PROTEÇÃO BRASILEIRA AOS REFUGIADOS E SEUS IMPACTOS NAS AMÉRICAS**. Brasília: Athalaia Gráfica e Editora, 2010. Cap. 1. p. 12-21. (1). Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Ref%C3%B3rio-no-Brasil-A-prote%C3%A7%C3%A3o-brasileira-aos-refugiados-e-seu-impacto-nas-Am%C3%A9ricas-2010.pdf> Acesso em: 13 jun. 2020.

BRASIL, **Lei Nº 9.474, de 22 de Julho de 1997**: Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%209.474-1997?OpenDocument

BRASIL, **MOÇÃO PELA SANÇÃO INTEGRAL DA NOVA LEI DE MIGRAÇÃO**. Disponível em: https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/05/PL_Migrac%C3%A7%C3%A3o-2017-4-ao-Presidente_Republica.pdf . Acesso em 30 set. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 13.445, de 24 de Maio de 2017**: Define os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm

BRASIL. **Lei Nº 6.815, de 19 de Agosto 1980**: Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6815.htm

CASTELLS, Manuel. **REDES DE INDIGNAÇÃO E ESPERANÇA: MOVIMENTOS SOCIAIS NA ERA DA INTERNET**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COSTA, S. (2002), **AS CORES DE ERCÍLIA**. Belo Horizonte: Editora UFMG.

EPP, M. (2017). **REFUGEES IN CANADA: A BRIEF HISTORY**. Ottawa: *Canadian Historical Association*.

ESTATUO DOS REFUGIADOS: Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf. Acesso em 13/06/2020.

EVANGELISTA, Ana Carolina Pires. **PERSPECTIVAS SOBRE A “SOCIEDADE CIVIL GLOBAL” NO ESTUDO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**. 2006. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17447> . Acesso em: 31 ago. 2020

FALK, R (1998), **“GLOBAL CIVIL SOCIETY: PERSPECTIVES, INITIATIVES, MOVEMENTS”**. *Oxford Development Studies*, v.26, n.1, p.99-110.

FALK, R. (1995), **ON HUMANE GOVERNANCE: TOWARD A NEW GLOBAL POLITICS: THE WORLD ORDER MODELS**. *Project Report of the Global Civilization Initiative*. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press.

FONTE, Felipe de Melo. Teorias das Políticas Públicas: delimitação do objeto e do tema pesquisado. In: FONTE, Felipe de Melo. **POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS FUNDAMENTAIS**: elementos de fundamentação do controle jurisdicional de políticas públicas no estado democrático de direito. São Paulo: Saraiva, 2013. Cap. 1. p. 27-39.

HIELBERT, Daniel. **WHAT IS SO SPECIAL ABOUT CANADÁ? Understanding the Resilience of Immigration and Multiculturalism**. Washington, DC: Migration Policy Institute, 2016.

HYNDMAN, Jennifer. **RESEARCH SUMMARY ON RESETTLED REFUGEE INTEGRATION IN CANADA**. Toronto: UNHCR, 02 mai. 2011.

IMDH. **REDE SOLIDÁRIA PARA MIGRANTES E REFUGIADOS**. Disponível em: http://www.icmc.net/pdf/imdh_bulletin_pt.pdf. Acesso em 14 jun. 2020.

LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. **MEMÓRIA ANOTADA, COMENTADA E JURISPRUDENCIAL DO COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS (CONARE)**. Brasília: ACNUR, 2007, 163 p. Disponível em: <https://oestrangero.org.files.wordpress.com/2012/05/memc3b3ria-para-conare.pdf> Acesso em: 14 jun. 2020.

LEI DE IMIGRAÇÃO CANADENSE. Disponível em: <https://laws.justice.gc.ca/eng/acts/i-2.5/page-1.html>. Acesso em 13 jun. 2020. (2020b).

LOUREIRO, Gustavo do Amaral; LEOMIL, Luiz Felipy dos Santos Costa. **DO PRINCÍPIO À PRÁTICA: UM ESTUDO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA DIREITOS HUMANOS E O CASO DO REFÚGIO NO CANADÁ**. *Revista Neiba: Cadernos Argentina-Brasil*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 1-22, dez. 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/view/40101> Acesso em: 31 ago. 2020.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Os Indivíduos e o Direito Internacional. In: MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **CURSO DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO**. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. Cap. 4. p. 646-647.

MILESI, R., & ANDRADE, W. C. de. (2015). **A SOCIEDADE CIVIL NA ATENÇÃO AOS IMIGRANTES E REFUGIADOS – O AGIR DO IMDH**. In E. J. P. Do Prado, & R.

Coelho (Orgs.). Migrações e Trabalho. (pp. 175-202). Brasília: Ministério Público do Trabalho.

MORAES', Isaías Albertin de; AGUIAR, Mônica Heinzelmann Portella de. **A INTEGRAÇÃO DO IMIGRANTE NO BRASIL EM UMA PERSPECTIVA COMPARADA COM CANADÁ: O CASO DOS HAITIANOS**. Interfaces Brasil/Canadá, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 94-115, 17 jan. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/interfaces/article/view/12767>. Acesso em: 01 out. 2020.

PACÍFICO, Andrea Maria Calazans Pacheco; MENDONÇA, Renata de Lima. **A PROTEÇÃO SOCIOJURÍDICA DOS REFUGIADOS NO BRASIL**. Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 170-181, jun. 2010. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321527166015>. Acesso em: 14 jun. 2020.

SCHABAS, W. A. **AN INTRODUCTION TO THE INTERNATIONAL CRIMINAL COURT**. Nova York: Cambridge University Press, 2001.

SCHWINN, Simone Andrea; FREITAS, Priscila de. **A PROTEÇÃO SOCIOJURÍDICA AOS REFUGIADOS NO BRASIL: DA LEGISLAÇÃO À POLÍTICA PÚBLICA**. Barbarói, Santa Cruz do Sul, v. 44, n. 1, p. 255-274, jul. 2015. Mensal. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/7447/4735> Acesso em: 14 jun. 2020.

SECCHI, L. (2014). **POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITOS, ESQUEMAS DE ANÁLISE, CASOS PRÁTICOS**. São Paulo: Cengage Learning, 2ª ed.
SEVUNTS, Levon. **WASHINGTON, DC: MIGRATION POLICY INSTITUTE**, 2016. Radio Canada International, Jan. 2016.

SIMÕES, Gustavo da Frota. **INTEGRAÇÃO SOCIAL DE REFUGIADOS NO BRASIL E NO CANADÁ EM PERSPECTIVA COMPARADA: COLOMBIANOS EM SÃO PAULO E EM ONTÁRIO**. 2017. 266 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Departamento de Estudos Latino-americanos, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SITE OFICIAL DO GOVERNO CANADENSE (IRCC). Página 1. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/services/immigration-citizenship.html>. Acesso em 13 jun. 2020. (2020a).

SITE OFICIAL DO CONSELHO CANADENSE PARA REFUGIADOS. Página 1. Disponível em: <https://ccrweb.ca/en> . Acesso em 13/06/202. (CCR 2020).

SITE OFICIAL DO COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. Página 1. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/o-cicv/historia#:~:text=Desde%20a%20sua%20cria%C3%A7%C3%A3o%20em,Vermelha%20e%20do%20Crescente%20Vermelho>. Acesso em 30 set. 2020.

SITE OFICIAL DA INICIATIVA GLOBAL DE PATROCÍNIO PARA REFUGIADOS. Página 3. Disponível em: <https://refugeesponsorship.org/pt/guia?chapter=3>. Acesso em 30 set. 2020.

SITE OFICIAL DO CONSELHO DE IMIGRAÇÃO E REFUGIO (IMMIGRATION AND REFUGEE BOARD). Página 1. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/immigration-refugee.html>. Acesso em 13 jun. 2020. (2020c)

SITE OFICIAL DO INSTITUTO ADUS. Página 1. Disponível em: <https://adus.org.br/>. Acesso em 30 set. 2020.

SITE OFICIAL DO INSTITUTO DE MIGRAÇÃO E DIREITOS HUMANOS. Página 1. Disponível em: <https://www.migrante.org.br/>. Acesso em 30 set. 2020.

SITE OFICIAL DO PROGRAMA DE PATROCÍNIO PRIVADO DOS REFUGIADOS. Página 1. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/immigration-refugees-citizenship/services/refugees/help-outside-canada/private-sponsorship-program/refugees-information.html>. Acesso em: 13 jun. 2020. (2018a).

SITE OFICIAL DO PROGRAMA DE REFUGIADOS ASSISTIDOS PELO GOVERNO. Página 2. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/immigration-refugees-citizenship/services/refugees/help-outside-canada/government-assisted-refugee-program.html>. Acesso em 13 jun. 2020. (2019a).

SITE OFICIAL DO PROGRAMA REFERENCIADO PARA O BLENDED VISA OFFICE. Página 1. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/immigration-refugees-citizenship/services/refugees/help-outside-canada/private-sponsorship-program/blended-visa-office-program.html> Acesso em: 13 jun. 2020. (2020d).

TOSTES, Ana Paula B.. **AÇÃO COLETIVA TRANSNACIONAL E O SUCESSO NA CONSTRUÇÃO DE UM REGIME INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO DA PESSOA HUMANA: DA CRUZ VERMELHA AO TPI***. Contexto Internacional, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 791-817, ago. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010285292015000200791&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 31 ago. 2020

TRINDADE, A. A. C. **THE INTERDEPENDENCE OF ALL HUMAN RIGHTS – OBSTACLES AND CHALLENGES TO THEIR IMPLEMENTATION.** *International Social Science Journal (Special: Human Rights: 50th Anniversary of the Universal Declaration)*, n. 158, p. 513-523, 1998.

ANEXOS

Anexo 1 A participação da Sociedade Civil no Ciclo de Política Pública



Imagem de autoria própria para Trabalho de Conclusão de Curso